



o batente

Jornal do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Pernambuco

Sinjope
Sindicato dos Jornalistas
Profissionais de Pernambuco
www.sinjope.org.br

Fotos: Rosinei Coutinho/STF



“Pejotização é a cupinização dos direitos trabalhistas”

O advogado-geral da União, Jorge Messias, afirmou em audiência pública no STF que a pejotização corrói por dentro, silenciosamente, as estruturas que sustentam a proteção social. **Página • 4**

RECONHECIMENTO

28º Cristina Tavares premia o jornalismo de Pernambuco

A edição do concurso realizado pelo Sinjope/Fenaj contou com 114 trabalhos inscritos. Cerca de R\$ 20 mil foram distribuídos entre os profissionais e estudantes que venceram nas áreas de texto, internet, videojornalismo, radiojornalismo, fotojornalismo e criação gráfica. O anúncio dos primeiros colocados ocorreu na Assembleia Legislativa.

Páginas • 6 e 7



Foto: Agência JC Mazella

Solenidade de anúncio dos vencedores lembrou os 90 anos de nascimento da ex-deputada federal Cristina Tavares

Categoria reelege presidentes da Fenaj e do Sinjope

Samira de Castro, na federação, e Jailson da Paz, no sindicato, têm a valorização profissional entre as prioridades.

Página • 2



Foto: Agência JC Mazella

Mandato das novas diretorias é de três anos, terminando em agosto de 2028



JULIANO DOMINGUES

Os impactos da IA no Jornalismo

Futuro da profissão depende menos das máquinas e mais das escolhas da sociedade.

Página • 3

Categoria reelege presidentes da Fenaj e do Sinjope

Foto: Agência JC Mazella

Valorização profissional, defesa da democracia e enfrentamento da violência contra jornalistas são prioridades das novas diretorias

O ano de 2025 foi de eleições no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Pernambuco (Sinjope) e na Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Em ambos, o processo contou com chapa única e reeleição dos presidentes. A categoria votou para manter Jailson da Paz à frente do Sinjope e Samira de Castro, do Ceará, no comando da instituição nacional.

As novas direções do Sinjope e da Fenaj, eleitas em julho, empossadas em agosto deste ano e com mandatos que até agosto de 2028, estão como os objetivos alinhados. Entre as prioridades delas, a defesa da democracia, o enfrentamento à violência contra jornalistas e a luta pela valorização profissional.

De acordo com Samira, esta luta engloba a campanha pela aprovação do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) do Diploma, em tramitação no Congresso Nacional e que prevê a obrigatoriedade do diploma universitário em Jornalismo para o exercício da profissão, e ações para se conseguir a atualização da regulamentação profissional e a conquista de um piso salarial nacional para a categoria.

Outro ponto em comum é o combate à precarização do trabalho. Em muitos casos, a



Mandato dos atuais diretores, conselheiros fiscais e integrantes da Comissão de Ética do Sinjope se estende até agosto de 2028

precarização passa pelo contratos dos jornalistas como microempreendedores individuais (MEIs), os conhecidos “pejotas” ou “PJs” (abreviação de Pessoa Jurídica).

Em seu discurso de posse, Jailson da Paz destacou a importância da união da categoria para o enfrentamento da pejotização irrestrita, bem como da retirada de direitos, consequência da derrubada do diploma de jornalista pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2009, e da Reforma Trabalhista, aprovada em 2017.

Duas outras tarefas centrais para o Sinjope são o resgate da sede e ações voltadas para os jornalistas que atuam nas assessorias de imprensa, estudantes e blogueiros profissionais. Por segurança, devido ao aumento da violência na Praça Osvaldo Cruz, Soledade, o Sinjope mudou

provisoriamente para a sede do Sindicato dos Gráficos de Pernambuco (Sindgraf-PE), em Santo Amaro.

A diretoria do Sinjope tem o jornalista Ciro Guimarães como vice-presidente, Francisco Carlos, secretário geral, e Filipe Farias, tesoureiro. A Executiva reúne 14 pessoas de diferentes áreas do jornalismo, como televisão, jornal, rádio e assessoria de imprensa. O Conselho Fiscal e a Comissão de Ética contam com quatro integrantes cada.

Unificação

Samira de Castro ressaltou que a Fenaj tem atuado para unir os jornalistas de todo o país, lembrando das campanhas salariais nacionais unificadas realizadas em 2024 e 2025 e de eventos promovido nos últimos anos, como o Encontro Nacional de Jornalis-

tas em Assessoria de Imprensa (em 2023), o 1º Encontro Nacional de Mulheres Jornalistas (em 2024) e a 1ª Conferência Livre de Mulheres Jornalistas (em 2025).

Estes eventos, segundo ela, ampliaram os espaços de mobilização e de construção coletiva. “Importante lembrarmos que este ano de 2025 ainda teremos o 40º Congresso Nacional dos Jornalistas, entre os dias 10 e 13 de dezembro de 2025, em Brasília”, observou. O encontro, considerado o principal fórum de deliberação da categoria, deve reunir cerca de 250 participantes, entre delegados, profissionais, estudantes e empresários da área da comunicação.

Na Fenaj, Pernambuco é representando pelo diretor do Sinjope Severino Júnior. Ele ocupa a vice-presidência da regional Nordeste II (Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia).

EXPEDIENTE

O Batente

Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Pernambuco (Sinjope)
www.sinjope.org.br
contato@sinjope.org.br
Rua do Veiga, 201, Santo Amaro, Recife PE
CEP: 50040-110

DIRETORIA EXECUTIVA

Jailson Sousa da Paz - **Presidente**
Ciro Márcio Guimarães Vieira da Silva - **Vice-Presidente**
Francisco Carlos Albuquerque do Nascimento - **Secretário Geral**

Filipe Farias Batista - **Tesoureiro**
Adulccio Charles Alves
Lucena de Melo - **Diretor**
Alexandre Yuri Ferreira de Assis Bezerra - **Diretor**
Almani Galdino de Souza - **Diretor**

Carlos Alberto Silveira de Moraes - **Diretor**
Karoline Maria Fernandes da Costa e Silva - **Diretora**
Luís Boaventura de Andrade Neto - **Diretor**
Luís Corrêa de Souza - **Diretor**
Mariana de Souza Leite Albuquerque - **Diretora**
Michelle Soares Veloso Carneiro - **Diretora**
Severino Pereira Leite Junior - **Diretor**

CONSELHO FISCAL

Antonio Gomes Barbosa Neto
Francisco Libório Leal Brito
Osvaldo Moraes Silva
Simonne da Silva Lins

COMISSÃO DE ÉTICA

Christiane Macedo Huggins
José Evaldo Costa
Priscila Maria Lapa
Roberto Luís Arrais de Oliveira

REDAÇÃO

Alexandre Yuri,
Chico Carlos,
Filipe Farias
Jailson da Paz

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Antônio Violla, **DRT-PE - 2634**

EDIÇÃO E REVISÃO

Jailson da Paz e Filipe Farias

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Chico Carlos, **DRT-PE - 1268**

IMPRESSÃO

Gráfica e Editora Correia

TIRAGEM

1.000

Artigo || JULIANO DOMINGUES



é professor da Unicap e da UPE, ex-presidente do Sinjope e atual presidente da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação).

Os impactos da IA no Jornalismo

Muito se fala sobre o impacto da inteligência artificial nas mais diversas profissões, incluindo o Jornalismo. Entre previsões entusiasmadas e alertas pessimistas, surge uma pergunta essencial: o que as melhores evidências científicas nos dizem sobre essa transformação?

Pesquisas recentes indicam que a IA deixou, definitivamente, de ser uma curiosidade tecnológica para se tornar parte do cotidiano de boa parte das organizações jornalísticas. Desde 2020, ferramentas automatizadas têm sido intensamente adotadas em três principais frentes: produção de textos, análise de dados e personalização de conteúdo. As melhores evidências indicam que essa automação aumentou a velocidade de processos nas redações, mas trouxe também novos desafios: os conteúdos gerados por algoritmos costumam ser superficiais, desconcontextualizados e imprecisos.

Ao mesmo tempo, o perfil do jornalista está mudando. O repórter de hoje precisa dominar ferramentas digitais, interpretar dados e lidar com fluxos de informação automatizados, sem perder o olhar crítico e a capacidade de mediação. Menos do que eliminar postos de trabalho, a IA está mudando as competências exigidas, deslocando o foco da execução mecânica para a interpretação e curadoria da informação.

As transformações vão além da rotina profissional. A inteligência artificial também vem alterando o modo como as notícias são contadas e consumidas. Ferramentas de geração de linguagem natural, realidade aumentada e visualização interativa abrem novas possibilidades narrativas, mas levantam dilemas sobre manipulação emocio-

nal, transparência e a tênue fronteira entre informação e entretenimento. A personalização extrema, impulsionada por algoritmos de recomendação, tende a reforçar bolhas informacionais, fazendo com que as pessoas sejam expostas cada vez menos a pontos de vista diferentes.

No plano ético, as preocupações são crescentes. Questões como viés algorítmico (sobretudo o racismo algorítmico), privacidade de dados, opacidade dos sistemas e responsabilidade editorial estão no centro do debate. O desafio é garantir que a tecnologia sirva ao interesse público, e não apenas à lógica de eficiência e lucro. Também se observa uma desigualdade global: enquanto grandes empresas de mídia na América do Norte e na Europa lideram a adoção de tecnologias avançadas, redações de países com menos recursos enfrentam barreiras técnicas e financeiras, em um cenário que aprofunda assimetrias e fomenta o colonialismo digital.

Diante disso, cresce a defesa de uma colaboração equilibrada entre humanos e máquinas. A IA pode ampliar as capacidades do jornalismo, desde que usada com senso crítico, supervisão humana e princípios éticos claros. É preciso investir em educação tecnológica nas redações, dar voz aos jornalistas nas decisões sobre o uso dessas ferramentas e garantir regulação pública que limite a concentração de poder das grandes plataformas.

A inteligência artificial está redefinindo o jornalismo em todas as suas etapas, da apuração à distribuição. Mas o futuro da profissão dependerá menos das máquinas e mais das nossas escolhas, enquanto sociedade, sobre como e por que utilizá-las.



Pejotização ameaça os direitos dos jornalistas

De casos isolados, a pejotização virou regra em redações do país. No Estado, um exemplo está no Diário de Pernambuco. Com 200 anos recém-completados, o jornal deixou de ser apenas um caso de longevidade, mas de abuso desta forma de contrato. Mais de 80% da redação é dos chamados pessoas jurídicas (PJs). Quais são os consequências disto para os trabalhadores? Perda dos direitos a férias, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do acesso aos benefícios previdenciários para os trabalhadores, como aposentadoria e auxílio-doença. Os prejuízos para o país se multiplicam. Economistas e especialistas em direito do trabalho apontam a perda de arrecadação da Previdência Social e o FGTS e a fragilização do sistema de proteção social.

Advogado-geral da União, Jorge Messias comparou o fenômeno da pejotização, registrado em todo o Brasil, à “cupinização dos direitos trabalhistas”. Segundo ele, em audiência no Supremo Tribunal Federal (STF), a pejotização “corrói por dentro, silenciosamente, as estruturas que sustentam a proteção social”, informando que o fenômeno provocou um déficit estimado de R\$ 60 bilhões na Previdência Social entre 2022 e 2024 e de R\$ 24 bilhões para o FGTS.

No STF, a pejotização está sendo discutida no âmbito do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1532603, que analisa a competência da Justiça do Trabalho para julgar casos com indícios de fraude em contratos civis, a licitude da contratação de trabalhadores autônomos ou pessoas jurídicas e a distribuição do ônus da prova nas ações que discutem a validade desses contratos.

Não é de hoje o fenômeno. Na área da comunicação, a pejotização começou em meados da década de 1980 e se intensificou nas décadas seguintes. Em entrevista à Agência Brasil, a presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Samira de Castro, afirmou que, a princípio, o modelo era empregado para se contratar o “frila fixo” ou o sócio-cotista e atualmente é aplicada de forma irrestrita, levando a explosão de casos. Dados disponibilizados pela Receita Federal à Fenaj, apurados em 3 de junho deste ano, indi-



Jorge Messias: pejotização corrói estruturas da proteção social

cavam haver 33.252 empresas com CNPJ registrados como microempreendedor individual (MEI), em atividades econômicas ligadas à edição de jornais e revistas.

“Existem 33 mil pessoas editando jornais e revistas no país? Quase o mesmo número de jornalistas com carteira assinada, basicamente. Claro que não, isso é a constatação de uma fraude trabalhista. E os nossos 31 sindicatos recebem diariamente denúncias de tentativa de escamoteamento desse vínculo formal”, denunciou Samira.

Tanto a Fenaj quanto o Sinjope vem monitorando e denunciando os excessos da pejotização, a exemplo do caso do Diário de Pernambuco, levado pelo sindicato ao Ministério Público do Trabalho. “A gente conseguia muito, na Justiça do Trabalho, comprovar vínculo, fazer com que direitos fossem reconhecidos e pagos. E agora, com esse tema no STF, é um grande golpe para a classe trabalhadora e contra os jornalistas”, disse a presidenta da Fenaj à Agência Brasil. Todos os processos relacionados à pejotização foram suspensos nacionalmente, no dia 14 de abril deste ano, por determinação do ministro do STF Gilmar Mendes, dentro do ARE.



Samira de Castro: modelo é aplicado atualmente de forma irrestrita

Vagas formais caem 18% em uma década

A Fenaj indicou que, ao contrário da crescente pejotização, a quantidade de vagas formais de trabalho na comunicação diminuiu 18% em uma década. Em 2013, o número de vínculos com carteira assinada de jornalistas no Brasil era de 60.899, caindo para 40.917 em 2023, segundo números do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), compilados a partir de consultas à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e ao Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), ambos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O Sinjope alerta que, na prática, a pejotização retira direitos fundamentais dos jornalistas, como férias, 13º salário, licença-saúde, licença-maternidade e FGTS. Além disso, o vínculo fragilizado impede a mobilização coletiva, pois profissionais contratados como pessoa jurídica não podem exercer o direito à greve nem participar formalmente de campanhas sa-

lariais conduzidas pelo sindicato. “Num primeiro momento, muitos trabalhadores enxergaram vantagens nesse modelo, por conta da menor carga tributária. Mas a realidade demonstrou o contrário. A pejotização precariza as relações de trabalho, enfraquece a proteção social e desorganiza a representação coletiva da categoria”, entende a diretoria do Sinjope.

Em todo o Brasil, o Ministério do Trabalho e Emprego calcula que 5,5 milhões de trabalhadores deixaram o regime formal de emprego (CLT) para se transformar em pessoa jurídica desde 2022 até julho de 2025. O levantamento, realizado a partir dos CPFs e do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), aponta que 4,4 milhões de pessoas passaram a ser Microempreendedores Individuais (MEIs), cujo limite de faturamento anual é de R\$ 81 mil. Este limite, conforme o MTE, faz os trabalhadores terem o poder de negociação reduzido junto às empresas.

Recife é saúde em 1º lugar

A capital pernambucana está no topo do ranking
As Melhores Cidades do Brasil 2025 na área de Saúde
(Austin Rating/Veja Negócios)



Hospital da Criança do Recife

A maior obra de saúde em andamento no estado

Saúde que entrega

AS MELHORES
CIDADES
DO BRASIL
veja Negócios 2025



**4.300 NOVOS
PROFISSIONAIS**

A maior contratação
em 20 anos



**CENTROS
TEA**

Atenção integral
para crianças
neurodivergentes



**REDE 100%
INFORMATIZADA**

Sistema integrado
e prontuário
eletrônico



**MAIS DE
70 USF+**

Atendimento
das 7h às 19h

Cristina Tavares, um prêmio com as m qualidade jornalística e do compromisso

Os trabalhos vencedores do 28º Prêmio Cristina Tavares de Jornalismo comprovam uma das fortes características do concurso, a de compromisso com as questões sociais. Entre os temas abordados pelas reportagens que conquistaram o primeiros lugares, as mortes nas rodovias pernambucanas, como mostra “Cruzes na estrada”, campeã da categoria Internet, ou “Eu já perdi tudo mesmo”, em Fotojornalismo. Os nomes dos vencedores foram anunciados pelo Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco (Sinjope) no dia 16 de outubro, em cerimônia no Auditório Senador Sérgio Guerra na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), Boa Vista, Recife. O prêmio foi lançado durante o período de celebração pelos 90 anos de nascimento de Cristina Tavares (1934-1992), jornalista e deputa federal pernambucana.

“Mais uma vez os resultados do Cristina Tavares reforçam a importância do prêmio. Por um lado, reconhece a qualidade do trabalho jornalístico realizado em Pernambuco. Ao mesmo tempo, pela variedade e profundidade dos temas analisados nas reportagens inscritas, ele lança luz em problemas e desafios, bem como em suas possíveis soluções, de nossa sociedade”, considerou o presidente do Sinjope, Jailson da Paz. Por seu alcance, o Prêmio Cristina Tavares figura entre os principais prêmios de jornalismo do Brasil e um dos maiores realizados por um sindicato da categoria.

A edição do prêmio registrou 114 trabalhos inscritos nas categorias Profissional e Estudante, reunindo esta materiais publicados em veículos de comunicação e trabalhos de conclusão de curso (TCCs). Os profissionais apre-

sentaram o maior número de trabalhos, 94, enquanto os estudantes, 20. A subcategoria mais concorrida entre os profissionais foi a de Videojornalismo, 27 inscrições, seguida de Texto, 21 reportagens registradas, e Fotojornalismo, com 17 imagens. Entre os estudantes, a subcategoria Texto reuniu metade dos inscritos, 10.

Ao todo, oito trabalhos foram premiados no Cristina Tavares. A Categoria Profissional distribuiu um prêmio de R\$ 3.000,00 para cada vencedor de Criação Gráfica, Fotojornalismo, Internet, Radiojornalismo, Texto e Videojornalismo. Apenas duas subcategorias (Texto e Radiojornalismo) voltadas para os estudantes tiveram vencedores. Cada um receberá R\$ 800,00. As demais subcategorias (Fotojornalismo, Texto e Videojornalismo) não alcançaram o número suficiente de inscrições exigido pelo regulamento do prêmio.

Parceiros

O prêmio conta com a parceria da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), o patrocínio da Companhia Editora de Pernambuco (Cepe) e o apoio da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), da Alepe, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco (Sintepe) e da ABBC Comunicação. Além de representantes destes parceiros, a cerimônia teve a participação de representantes do Sindicato dos Radialistas de Pernambuco, do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Gráfica de Pernambuco (Sindigraf-PE), da Central Única dos Trabalhadores – Pernambuco (CUT-PE) e da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom).



O jornalista Francisco José recorda, durante a mesa de abertura da premiação, a forma combativa com

Premiação vista como um estímulo profissional

Ao receber o prêmio da Categoria Profissional/Videojornalismo, a repórter da Rede Globo Nordeste, Beatriz Castro, afirmou que a premiação era um estímulo, “uma vitamina”, “sangue novo”, para continuar produzindo trabalhos de qualidade e de interesse da sociedade. “A série de reportagens “Uma década de Zika” mostra uma geração, de mães e filhos, que vive as consequências de uma tragédia da saúde pública, a microcefalia. São mães e filhos que lutam para não

serem esquecidos”, explicou.

Diretor de conteúdo do Marco Zero, o jornalista e escritor Inácio França destacou a crescente presença dos trabalhos assinados por coletivos de jornalismo nas finais dos prêmios jornalísticos brasileiros. “Ao contrário da grande imprensa comercial no estado, o jornalismo independente tem investido mais em reportagens aprofundadas e de qualidade”, frisou. A série de reportagens “Os desertos do Sertão”, assinada por Inácio e Giovan-

na Carneiro, venceu na Categoria Profissionais/Texto. Além do Marco Zero, a Revista O Grito!, também de jornalismo independente, teve duas indicações para as finais do 28º Prêmio Cristina Tavares. O Grito! Participou com reportagens na Categoria Profissional, em Texto e Internet, as mesmas do Marco Zero.

Maria Letícia Menezes não segurou a emoção ao falar da premiação na Categoria Estudante/Radiojornalismo. Ela conquistou o prêmio com o podcast “Saravá à

Jurem o seu de Pe fé qu balho so, q para ética Jurem raízes cast duraç sobre litana

marcas da misso social

FOTO: Agência JC Mazella



como a deputada Cristina Tavares atuava

rema Sagrada”, produzida para seu TCC, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). “Foi minha que me inspirou a fazer este trabalho, que é um filho, e meu currículo, que me mostrou os caminhos para fazer um jornalismo de forma íntima”, disse, revelando ser fiel da Jurema, culto afro-indígena com raízes na região Nordeste. O podcast reúne quatro episódios, com duração de 20 a 25 minutos cada, sobre a Jurema na Região Metropolitana do Recife (RMR).



Confira os vencedores 28º Prêmio Cristina Tavares de Jornalismo

PROFISSIONAL



criação GRÁFICA **Juliano Domingos**, diretor da Intercom, e **Deyvidson Thiago**, do Jornal do Commercio, vencedor com a ilustração “**Vozes da Dor**”



INTERNET **Marília Parente** e **Jorge Cosme**, do portal Leia Já, vencedores com a reportagem “**Cruzes na estrada**”, e **Magna Katariny**, secretária de Comunicação do Sintepe



TEXTO **Inácio França**, do Marco Zero Conteúdo, vencedor com a reportagem “**Os desertos do Sertão**”, e o presidente do Sinjope, **Jailson da Paz**

ESTUDANTE



TEXTO **Luciana Costa**, diretora da CUT-PE, e **Felipe Souza**, vencedor com a reportagem “**São Luiz, o transatlântico**”



FOTOJORNALISMO **Luciano Galvão**, chefe do Departamento de Relações Públicas da Alepe, e **Marina Torres** do Diário de Pernambuco, vencedora com a foto “**Eu já perdi tudo mesmo**”



RADIOJORNALISMO **Gustavo Arlan** e **Elaine Guimarães**, do LeiaJá, vencedores com o “**Podcast RU**”, e **André Almeida**, presidente do Sindicato dos Radialistas de Pernambuco



VIDEOJORNALISMO **Francisco Carlos**, secretário geral do Sinjope, e **Beatriz Castro**, da Rede Globo, vencedora com a série de reportagens “**Uma década de Zika**”



RADIOJORNALISMO **Maria Letícia Menezes**, vencedora com o podcast “**Saravá à Jurema Sagrada**”, e o diretor do Sinjope e da Fenaj, **Severino Júnior**

A **28ª edição do Prêmio Cristina Tavares** contou com o apoio da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), da Prefeitura do Recife, da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) do Sindicato dos Trabalhadores em Educação em Pernambuco (Sintepe), da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e da ABBC Comunicação.

Número de trabalhadores sindicalizados volta a subir no país

Taxa média de associados aos sindicatos alcançou 8,9% em 2024, segundo a PNAD Contínua. No grupamento relacionado à comunicação chegou a 9,6%



FOTO: Paulo Pinto/Agência Brasil

Pesquisa indica que o Brasil tem 9,1 milhões de sindicalizados

A quantidade de trabalhadores sindicalizados no Brasil interrompeu uma trajetória de mais de dez anos de queda e ganhou 812 mil pessoas em 2024. O percentual de sindicalizados alcança a 8,9% dos 101,3 milhões de trabalhadores ocupados.

A taxa de pessoas sindicalizados no grupamento “Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas” foi maior do que a média geral, alcançando 9,6%. As atividades de rádio, televisão, cinema e gravação de som e imagem integram este grupamento.

Com o acréscimo de 812 mil sindicalizados, o país registrou 9,1 milhão de pessoas associadas a sindicatos de trabalhadores em 2024, um avanço de 9,8% em relação a 2023, quando eram 8,3 milhões. Mas o contingente ainda está bem abaixo dos 14,4 milhões de 2012 – recuo de 36,8% em 12 anos.

Tais constatações integram a edição especial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada na segunda quinzena de novembro deste ano, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pesquisa traz dados anuais desde 2012, com exceção de 2020 e 2021, por causa da pandemia de covid-19, que inviabilizou a coleta de dados. Em 2012, os

trabalhadores sindicalizados representavam 16,1% dos ocupados, caindo de forma acentuada nos sete anos seguintes. As taxas foram de 16% em 2013, 15,7% em 2014 e 2015, 14,8% em 2016, 14,2% em 2018 e 11% em 2019. Em 2022, 9,2%.

Efeito reforma

Ao comentar a trajetória de queda entre 2012 e 2023, o analista da pesquisa, William Kratochwill, nota a relação entre o ano de 2017, quando começou a ficar mais acentuada a queda no número de sindicalizados e a reforma trabalhista, de autoria do governo do presidente Michel Temer (MDB) e aprovada por deputados e senadores.

“Os dados mostram uma correlação forte entre a implantação da lei e a queda do percentual de pessoas sindicalizadas”, aponta o analista. Uma das mudanças provocadas pela reforma trabalhista foi o fim da contribuição sindical obrigatória.

Sobre o aumento de 2023 para 2024, Kratochwill acredita em uma recuperação da percepção dos trabalhadores sobre o papel dos sindicatos. “O número de sindicalizados chegou a um valor muito baixo e, talvez, as pessoas estejam começando a verificar novamente a necessidade de se organizar, lutar pelos direitos dos trabalhadores, e isso se dá muito por meio do sindicato”, afirma.

Artigo || FILIPE FARIAS



{ Jornalista e Tesoureiro do Sinjope }

Sindicalização: apoie quem luta pelos seus direitos

Principal pilar de um sindicato forte é, sem dúvidas, os seus sindicalizados. Quanto maior o número de trabalhadores atuantes e envolvidos com as causas que interessam à sua categoria, maior será a atenção dada pelo patronato na hora de reivindicar melhorias e conquistas traba-

listas a serem incluídas no Acordo Coletivo de Trabalho.

Um sindicato que conta com uma categoria presente e vigilante é ouvido pelos patrões, pois sabem que a resistência será maior em defesa dos interesses coletivos. Por isso, a sindicalização é fundamental não apenas pela subsistência do sindicato,

mas é uma maneira de mostrar que a base trabalhadora é participativa.

Em tempos de crises, a união e a organização da classe trabalhadora, que passam, necessariamente, pelos sindicatos, é fundamental.

“Com o desmonte da CLT, a legalização das relações precárias de trabalho, e a fragilização do Estado Democrático de Direito, os sindicatos tornaram-se ainda mais necessários. A contrarreforma trabalhista foi também uma contrarreforma sindical, pois teve como principal objetivo diminuir a força dos sindicatos para impedir a resistência dos trabalhadores e das trabalhadoras do Brasil às mudanças impostas”, apontou a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Pernambuco (Sinjope), há 78 anos, defende os interesses dos trabalhadores, principalmente nos momentos mais

difíceis da categoria, como no período do desgoverno Bolsonaro, que tentava descredibilizar o jornalismo e destruir um pilar fundamental da democracia, que é a imprensa livre. Pois, através dessa liberdade, é que podemos levar a informação correta aos cidadãos, fiscalizar os governantes e denunciar as irregularidades em nossa sociedade.

A construção e o fortalecimento dos sindicatos são coletivos e, agora mais do que nunca, precisam da participação de todos e todas. Se você ainda não é sindicalizado, sindicalize-se ao Sinjope. Valorize quem luta e defende os direitos de sua categoria. Lembre-se que: sem sindicato, não existe negociação. Sem negociação, todos ficam sem reajustes e sem melhorias nas condições de trabalho.

Sindicato forte é sindicato unido. Juntos somos mais.

O sonho em voltar a ser celetista

Pesquisa encomendada por centrais sindicais aponta o desejo de autônomos e empreendedores em recuperar os direitos trabalhistas

Cerca 56% dos que hoje se declaram empreendedores e autônomos e já tiveram carteira de trabalho assinada afirmam que, com certeza, gostariam de voltar a ser celetista. O dado é de uma pesquisa, realizada pelo instituto Vox Populi e encomendada pelas centrais sindicais

brasileiras, entre elas a Central Única dos Trabalhadores (CUT), entidade à qual o Sinjope é filiado, e a Fundação Perseu Abramo. O desejo dos 56% é reconquistar os direitos garantidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), como férias e 13º salário.

A pesquisa “O Trabalho no Brasil” indica que, embora queiram ter vínculo formal de trabalho com direitos garantidos pela CLT, os empreendedores e os autônomos caem no que o estudo denomina de “empreendedorismo de necessidade”. Para 26,6% dos autônomos, este tipo trabalho foi a maneira encontrada para ajudar a família/complementar a renda, enquanto o índice entre os empreendedores ficou em 19,4%. Também chama a atenção o fato de que 16,9% dos autônomos disseram optar por esta modalidade de trabalho porque precisavam ganhar mais dinheiro ou os salários pagos em sua área eram baixos. Entre os empreendedores, o índice sobe para 19,9%. Outro dado de destaque é que 14,3% dos autônomos e

12,8% dos empreendedores optaram por trabalhar por conta própria por não conseguirem emprego em suas áreas de formação profissional.

Na avaliação do presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre, os autodeclarados empreendedores e autônomos são empurrados para a modalidade e a informalidade pela precarização do trabalho formal. Os entrevistados apontaram que os empregadores pagam baixos salários, fazem muitas e, por vezes, inadequadas exigências de qualificação, além de impor jornadas extensas.

Os dados mostram que a preferência por ser CLT ou ser empreendedor está ligada a uma estratégia de sobrevivência. E ao contexto da vida. Em síntese, o trabalho autônomo responde às necessidades imediatas do trabalhador, que não consegue pensar no futuro, na previdência social, na falta de direitos, por imposição da necessidade de sobreviver.

Apesar das dificuldades, segundo a pesquisa, os entrevistados veem pontos

positivos no trabalho que fazem. Para 7 em cada 10 brasileiros ouvidos, o trabalho é fundamental em suas vidas. Nove em cada 10 veem o trabalho como espaço de aprendizado e a mesma taxa o associa à valorização pessoal, enquanto 8 em cada 10 pessoas reconhecem o trabalho como fonte de propósito.

O levantamento foi realizado através de entrevistas pessoais e domiciliares, em todo o Brasil, entre maio e junho de 2025, com 3.850 pessoas. O objetivo do levantamento foi atualizar o conhecimento sobre o que pensa a classe trabalhadora brasileira, assalariados com e sem carteira assinada, autônomos, empreendedores, servidores públicos, plataformizados (pessoas que exercem suas atividades por meio de aplicativos), desempregados e aposentados. Foram entrevistados PEAs (População Economicamente Ativa) e Não PEAs.

Fonte: Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Agente Adora BOAS Histórias.

Venha conhecer muitas delas em nossas prateleiras

Acesse a loja virtual da Livraria Cepe



cepe.com.br/livrariacepe



[cepeeditora](#)

livraria cepe

Livraria Cepe Editora | Paulo Freire

(Sede)

R. Coelho Leite, 530, Santo Amaro - Recife/PE
Segunda a sexta, 8h às 16h30

Livraria Cepe Editora | Tarcísio Pereira

(Centro de Artesanato de Pernambuco)

Av. Alfredo Lisboa, Marco Zero - Recife/PE
Segunda a sábado, 9h às 19h | Domingo, 9h às 17h
(81) 9 9488-3731

Livraria Cepe Editora | Germano Coelho

(Mercado Eufrásio Barbosa)

Av. Dr. Joaquim Nabuco, Varadouro - Olinda/PE
Terça a domingo, 11h às 17h
(81) 9 9488-3730

Livraria Cepe Editora | Ramires Teixeira

(Museu do Estado de Pernambuco)

Av. Rui Barbosa, 960, Graças - Recife/PE
Terça a sexta, 11h às 17h | Sábado e Domingo, 14h às 17h
(81) 9 9488-3732

Campanha Unificada registra ganhos na maioria dos Estados

Quinze das 16 negociações fechadas até o início de setembro tiveram reajustes salariais iguais ou superior à inflação

É fato. A Campanha Salarial Nacional Unificada veio para ficar. Capitaneada pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e reunindo os sindicatos associados à federação, ela conseguiu resultados expressivos entre janeiro e o início de setembro de 2025. No período, apenas um dos 16 sindicatos que fechou a campanha com ganho abaixo da inflação. O restante obteve índices iguais ou acima.

Os quatro estados nordestinos que haviam fechado as campanhas tiveram reajustes acima dos 5%. Na Paraíba, o reajuste foi de 5,2% e os pisos salariais ficaram entre R\$ 2.084,24 e R\$ 2.568,61. Os jornalistas sergipanos tiveram aumento de 5,4% e o piso passou para R\$ 2.656,28. Em Alagoas, as negociações terminaram com reajuste de 5,32% e o piso alcançou R\$ 5.000,92. Por sua vez, a Bahia registrou aumentos salariais entre 5,35% e 9,79%, além da implantação da PLR (Participação nos Lucros e Resultados) no jornal Correio.

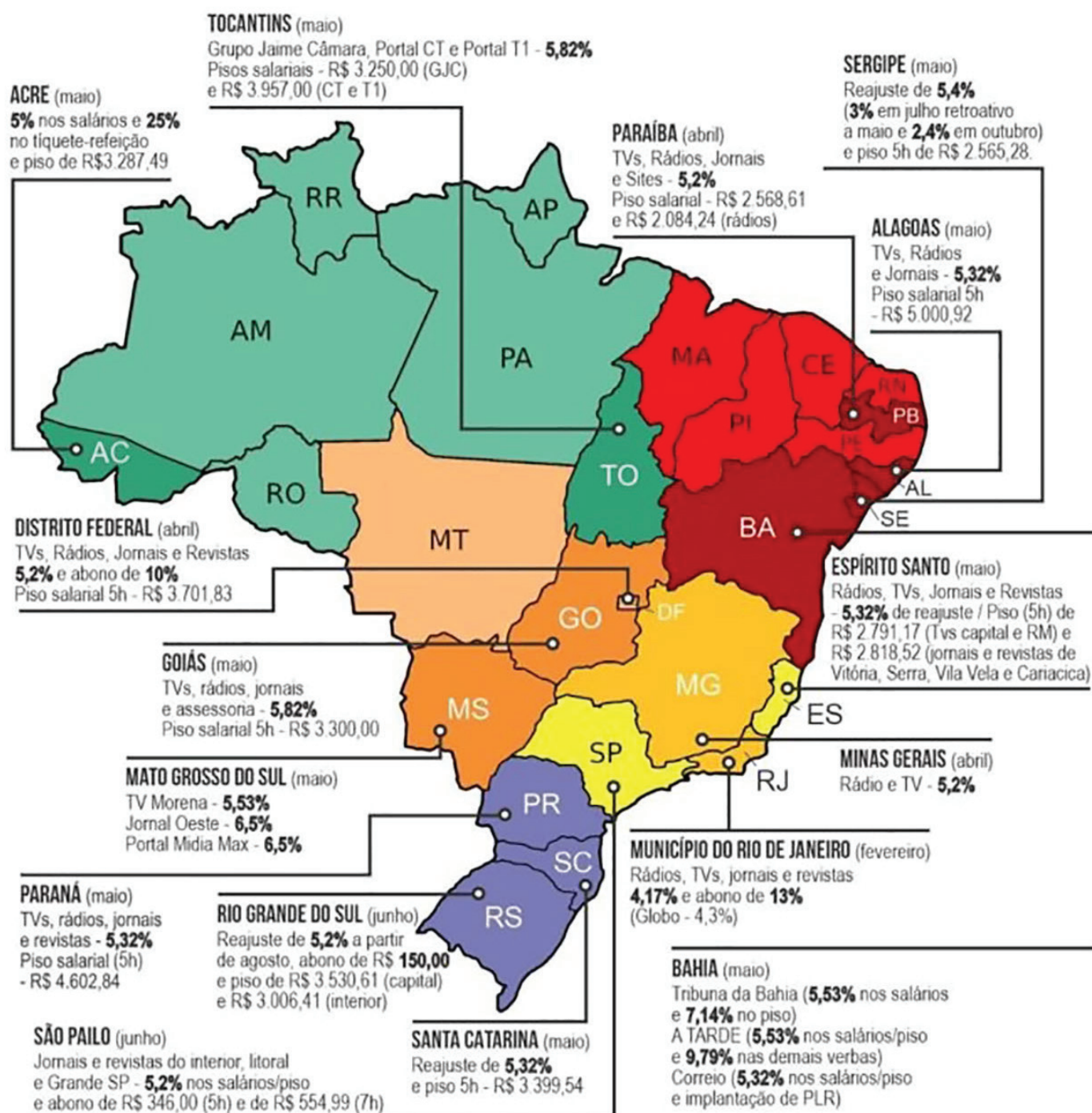
Até o início de setembro, um terço dos estados ainda estavam em processo de negociação ou não tinha iniciado suas campanhas. Eram os casos do Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Amazonas, Amapá, Paraná, Roraima e Rondônia.

De acordo com a secretária de Mobilização, Negociação Salarial e Direitos Autorais da Fenaj, Fernanda Gama, a campanha unificada vem se consolidando como um marco para o movimento sindical dos jornalistas. “Nos últimos anos, conseguimos avançar na construção de uma pauta nacional, na troca de experiências entre os sindicatos e na visibilidade das nossas reivindicações. Essa articulação tem fortalecido as negociações em todo o país e mostrado que, quando atuamos de forma coletiva, os resultados aparecem”, disse.

Ainda, segundo Fernanda Gama, a campanha representa não apenas a luta por reajuste salarial, mas também por reconhecimento, valorização e condições dignas de trabalho. É um processo que une a categoria, fortalece os sindicatos e

• As conquistas salariais da Campanha Salarial Unificada •

NEGOCIAÇÕES FINALIZADAS EM 2025



dá mais voz à Fenaj na defesa do jornalismo e dos jornalistas.

Estado

As negociações em Pernambuco começaram oficialmente no dia 27 de agosto, data-base da categoria no Estado. As propostas encaminhadas pelo Sinjope aos

sindicatos patronais – Sindicato das Empresas Editoras de Jornais do Estado de Pernambuco (Sejope) e Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão do Estado de Pernambuco (Sertepe) – pedem reposição inflacionária do período e ganho real.

“A unificação dos pisos salariais da categoria está entre as nossas principais

reivindicações para a campanha 2025 2026”, colocou o vice-presidente do Sinjope, Ciro Guimarães. A diferença entre pisos da Região Metropolitana do Recife (RMR) e do Interior é R\$ 462,62. O valores conquistados na campanha 2024-2025 foram de R\$ 2.405,23 para a RMR e R\$ 1.942,61 para o Interior.

Mais de 55 mil jornalistas sem diploma foram registrados pelo MTE

Em Pernambuco, o número chegou a 1.009 desde 2009, quando o STF derrubou a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão

Desde que o Supremo Tribunal Federal (STF) extinguiu, em junho de 2009, a exigência do diploma de Jornalismo para o exercício da profissão no Brasil, mais de 55 mil registros profissionais foram concedidos a pessoas sem formação na área, conforme dados obtidos pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) e pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Pernambuco é 11ª unidade da federação com maior número de registro de jornalistas sem diploma. Foram 1.009 solicitações desde 2009. São Paulo lidera o ranking nacional, com 23.683 profissionais que obtiveram o registro após o STF dar provimento ao Recurso Extraordinário nº 511961, interposto pelo Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão de São Paulo. O Rio de Janeiro aparece na segunda posição, com 6.558, seguido de Minas Gerais (3.819) e do Distrito Federal (2.447).

A Fenaj e os 31 sindicatos de jornalistas de todo o país consideraram a decisão do Supremo um grave retrocesso, por enfraquecer a regulamentação profissional, abrir espaço para a exploração do trabalho precário e comprometer a qualidade da informação oferecida à sociedade.

O fim da exigência do diploma, um

critério de acesso à profissão, também abriu caminho para a proliferação de conteúdos produzidos sem rigor técnico ou compromisso ético, contribuindo para o ambiente de desinformação que hoje ameaça à democracia brasileira.

Atualmente, a circulação massiva de fake news causa prejuízos à sociedade e fortalece interesses antidemocráticos. Publicações apresentadas como notícias cresceram de forma exponencial, enquanto o jornalismo profissional foi enfraquecido pela precarização do trabalho e pela concentração do poder informativo nas mãos das Big Techs.

Por esse motivo, e para garantir tanto a qualificação técnica quanto a responsabilidade social de quem produz informação, é urgente a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 206/2012, conhecida como PEC do Diploma, que restabelece o reconhecimento legal da formação superior em Jornalismo como requisito para o exercício da profissão.

De acordo com a presidenta da Fenaj, Samira de Castro, "os números escancaram o impacto da decisão do STF e reforçam a urgência de retomarmos a exigência do diploma como critério para o exercício do Jornalismo".

Fonte: Fenaj

COMUNICAÇÃO QUE INSPIRA, PARCERIA QUE FORTALECE

Na **ABBC**, entendemos a importância da comunicação e do bom jornalismo.

Com muito orgulho, a ABBC é a agência do segundo maior prêmio de jornalismo do Brasil, o **Prêmio Cristina Tavares**.

Mas também somos a agência do **Sinjope**, do **Imprensa Que Entra**, do **WorkFut** e de tantas outras iniciativas que fortalecem ainda mais a categoria.

É por isso que nos orgulhamos em **trabalhar em estreita colaboração com jornalistas e veículos de imprensa**, para contar as histórias que importam para a sociedade. Sigamos juntos!

abbc
comunicação

Há 25 anos apoiando iniciativas que valorizam a imprensa pernambucana

A ABBC Comunicação
parabeniza todos vencedores da
28ª Edição do Prêmio Cristina
Tavares de Jornalismo.

28º Prêmio
Cristina Tavares 90
de jornalismo



**Por um
SASSEPE Forte!**
Jornada em Defesa da Vida!

SAÚDE É UM DIREITO DO/A SERVIDOR/A PÚBLICO/A

**REESTRUTURAÇÃO
DO SASSEPE
URGENTE!**

SINTEPE
CN e CUT

Sindicato dos Trabalhadores em
Educação de Pernambuco



@sintepedigital

www.sintepe.org.br



Jornalista
de verdade tem
identidade



Identifique-se no Brasil com a carteira da Fenaj
Procure o seu sindicato e solicite a sua!

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS